

30 anos de Ensino Profissional: perscrutar as intencionalidades e perspetivar o futuro



Luísa Orvalho, José Matias Alves e Joaquim Azevedo [Coordenação]

Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Educação e Psicologia

09 de maio de 2019

Ficha técnica:

Título: *30 anos de Ensino Profissional: perscrutar as intencionalidades e perspetivar o futuro*

Coordenação: Luísa Orvalho, José Matias Alves & Joaquim Azevedo

Organizadora: Luísa Orvalho e Laura Rocha

Composição: Francisco Martins

Autores: Colégio de Gaia, EPROMAT – Escola Profissional de Matosinhos, Escola de Comércio de Lisboa, Escola de Hotelaria de Fátima, Escola Profissional Agrícola Conde de S. Bento, Escola Profissional Alda Brandão de Vasconcelos, Escola Profissional Amar Terra Verde, Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais-Mirandela, Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Marco de Canaveses, Escola Profissional CIOR, Escola Profissional de Economia Social, Escola Profissional de Esposende, Escola Profissional Perpétuo Socorro, Escola Profissional do Vale do Tejo, Escola Profissional FORAVE, Escola Profissional Raúl Dória, Escola Profissional de Tondela, Escola Secundária Augusto Gomes, Escola Secundária D. Sancho I, ESPROARTE – Escola Profissional Arte de Mirandela, ETAP – Escola Profissional

Editor: Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa

Data de edição: maio de 2019

Local: Porto

Rua Diogo Botelho, 1327 | 4169-005 | Porto | Portugal

Foto de capa: Foto do tributo da ANESPO aos diretores e colaboradores do GETAP no dia 21 de janeiro de 2019, data da comemoração dos 30 anos do Ensino Profissional, na cidade do Porto

ISBN: 978-989-54364-2-2

Políticas públicas: uma arte de promover o bem comum - O caso das escolas profissionais e do ensino profissional

Joaquim Azevedo

Professor Catedrático da Faculdade de Educação e Psicologia - UCP

Celebraram-se, no 21 de janeiro de 2019, os trinta anos da medida de política de criação das escolas profissionais e do ensino profissional. Esta é uma celebração que não é nada habitual, pois nem uma medida de política, em educação, costuma permanecer tantos anos de pé, nem, quando isso acontece, costuma haver tão bons motivos para uma pública celebração.

Mas, não sendo habitual, quero aproveitar o momento para refletir convosco muito brevemente sobre o que é que esteve na origem deste relativo sucesso de uma medida de política pública de educação, ou seja, como é que foi formulada, como foi aplicada e avaliada e atualizada esta política, ao longo dos anos.

Creio que a abordagem da questão é necessária, pois o exercício da memória, feito assim, no espaço público, revela-se fundamental na hora de prosseguirmos, hoje, o mesmo combate pela justiça, pela equidade e pela qualidade da educação dos portugueses. Os desafios de hoje não são menores do que os de há trinta anos, são diferentes e são muito exigentes; à política pública de educação continua a pedir-se muito (exigência que é feita a todos os atores sociais e não apenas ao Estado). Acresce ainda que os atuais protagonistas do desenvolvimento do ensino profissional, desde os professores e formadores aos diretores das escolas, passando pelos técnicos dos serviços regionais e centrais, estão muitas vezes fora do processo de criação e desenvolvimento desta política.

Além disso, o descrédito que perpassa a política e as políticas públicas corrói lentamente a democracia e a procura do bem comum, uma busca que tem de ser incessante. Fazer memória do processo subjacente à formulação e execução desta política pública de educação reveste-se, pois, de atualidade e oportunidade.

É preciso começar por dizer que esta medida de política vigorou ao longo de trinta longos anos não só pela ação dos sucessivos governos, com diferentes orientações políticas, como pelo compromisso firme de centenas de instituições da sociedade portuguesa, o que lhe confere um cunho peculiar e infelizmente bastante raro. É muito útil, portanto, refletirmos em conjunto sobre o que é que pode tornar uma medida de política pública justa e duradoura na promoção do bem comum.

Entre 1987 e 1989, na sequência da publicação da nova Lei de Bases do Sistema Educativo trabalhou-se intensamente na criação de condições para que esta medida tivesse êxito. A

formulação de uma política constitui uma componente essencial para o seu sucesso, o que é tantas vezes contrariado seja pelos curtos ciclos eleitorais, pela pressa em “deixar uma marca”, o que corresponde tantas vezes a dar prioridade a interesses muito particulares e até pessoais (um ministro, por exemplo), e ainda pelo dito pragmatismo, que corresponde geralmente a uma falta de ideias sobre o que é que é preciso fazer, como e com quem. Ou seja, como costumo referir, em educação como na política, o processo é o produto.

O que fizemos então? Como é que esta medida política foi formulada?

O contexto (ver esquema 1):

- a) Portugal tinha acabado de aderir à União Europeia (1986), havia mais recursos disponíveis para a qualificação profissional dos portugueses (embora não apoiassem diretamente o sistema de ensino);
- b) a taxa de escolarização no nível secundário era de cerca de 30%, o que afastava a grande maioria da população do acesso a este bem educacional e ao prosseguimento da sua formação posterior;
- c) o único meio de prosseguir estudos para além do 9º ano era o ensino secundário geral, de tradição liceal, pois as vias alternativas tinham sido banidas em 1977, em nome da equidade e da igualdade de oportunidades (falamos do antigo “ensino técnico”); no entanto, o facto de se ter dado a primazia e exclusividade ao tradicional modelo liceal de ensino, fortemente seletivo, tinha colocado este horizonte político e cultural bem longe de se concretizar;
- d) entretanto tinha sido lançado, em 1983, o chamado “ensino técnico-profissional”, num modelo ainda muito incipiente, que não constituía uma verdadeira e cativante via complementar do ensino geral/liceal;
- e) na sequência da publicação da Lei de Bases, em 1986, o governo criou a Comissão de Reforma do Sistema Educativo (1987), que também estudou esta problemática e propôs a criação de outras modalidades equivalentes de ensino e formação, após o 9º ano, não discriminatórias;
- f) várias forças políticas e sociais ansiavam democratizar seriamente a educação e promover uma verdadeira igualdade de oportunidades, continuando a combater o nosso atraso educacional estrutural, o que não se conseguiria enquanto o ensino secundário fosse um corredor asfíxiante e social e culturalmente seletivo de acesso ao ensino superior;
- g) o abandono escolar era muito elevado e o insucesso escolar envergonhava a política de educação de Portugal, tal era o desfasamento entre o que se oferecia e o que os jovens desejavam e tinham possibilidade de realizar com sucesso;

- h) muitas associações empresariais e empresários propunham a criação urgente de vias que possibilitassem a qualificação de técnicos intermédios;
- i) credíveis organizações internacionais, como a OCDE (1987) e a UNESCO (1988), publicaram avaliações à política de educação de Portugal, em que sugeriam um ensino para “aproximar os jovens da vida ativa e do mundo do trabalho”, capaz de “contribuir para o desenvolvimento do indivíduo enquanto pessoa e membro da coletividade”.

Estávamos, pois, num momento histórico em que na sociedade portuguesa se manifestavam interesses diferentes de atores sociais muito diferenciados em torno da educação, que era importante colocar em conflito, pois parecia haver uma convergência em torno da necessidade de se acabar com esse corredor único, apertado e socialmente muito seletivo de acesso ao ensino secundário e ao ensino superior.

O ensino secundário tinha acabado por cair no modelo do antigo ensino liceal, fortemente seletivo, desligado dos contextos, excessivamente livresco, teórico e abstrato, com muitos elevados níveis de insucesso, sobretudo no ensino secundário; a clarividência e a rapidez com que se acabou com o antigo “ensino técnico”, industrial e comercial, não se aplicou ao antigo “ensino liceal”, que infelizmente foi tomado como a única referência a seguir pela “escola democrática”. A cabeça permaneceu presa a olhar para um problema real e não rodou o necessário para ver que o problema da seletividade social, da discriminação e da injustiça social era bastante mais vasto e nunca tinha sido um exclusivo do “ensino técnico”.

O imperativo era, pois, ético e político: era preciso combater os níveis de insucesso escolar e de abandono escolar, sem paralelo na União Europeia, promovendo uma educação mais equitativa e uma maior igualdade de oportunidades. A desmotivação e desinteresse dos jovens por um ensino liceal e livresco eram genuínos e profundos, impedindo a realização pessoal de muitos adolescentes. O terreno apresentava-se, assim, favorável à diversificação de percursos após o ensino básico de nove anos.

Mas, como a diversificação escolar pode sempre representar discriminação pessoal e sociocultural, era necessário naquele momento construir um modelo que estivesse consciente desse risco e criasse as condições para evitar cair na armadilha (voltando, por exemplo, a reerguer o antigo “ensino técnico”), gerando um ambiente de aprendizagem estimulante para as aprendizagens e para o ensino, escolas pequenas e focadas no ensino personalizado, com uma ligação forte aos contextos sociais e de vida dos jovens, tendo em vista estes poderem construir um conhecimento profundo, significativo e útil.

Por isso, antes de se agir, era preciso saber mais para que fosse possível fazer bem o que era preciso ser feito:

- a) em primeiro lugar, ouvir os alunos (algo que se faz tão pouco e é tão importante!): procurámos conhecer as expectativas dos adolescentes que frequentavam o 9º ano e realizaram-se inquéritos em larga escala (perto de 9.000 alunos/ano), três anos seguidos. Concluiu-se que havia uma tendência clara: entre os jovens que queriam continuar a estudar, que eram cerca de 84% do total, 24 a 30% queriam fazê-lo num tipo de ensino mais prático e ligado à preparação para o exercício profissional;
- b) era preciso avaliar profundamente a política que estava em marcha, o chamado “ensino técnico-profissional”, o que também se fez ouvindo todos os implicados no processo, desde os alunos, aos pais, aos professores, aos empresários, numa avaliação muito alargada e consistente, das mais amplas que alguma vez se fizeram entre nós. Havia aspetos a corrigir e tomámos boa nota das conclusões da avaliação.

Então, que tipo de escolas e de ensino criar?

A agenda política estava assim constituída. O problema estava identificado, era percecionado pelas instituições e pelos cidadãos, a legitimidade para se desencadear uma política pertinente era real e constituía uma prioridade política, seria necessário formular a política pública adequada, procurando o aconselhável consenso político.

Foi preciso criar o sonho, formular a esperança, dar-lhe corpo inteiro: cabeça para seguir de modo orientado, braços para acolher todos os atores disponíveis e pernas para andar e não tropeçar na primeira dificuldade.

O programa do governo (1987-1991) previa a criação de uma rede de escolas para a qualificação dos jovens e o Ministro Roberto Carneiro, com a maior determinação e entusiasmo, lançou o desafio de se avançar neste caminho. Mais uma vez quero homenagear o Ministro Roberto Carneiro e louvo a sua visão ímpar e ousada e o enorme apoio político que sempre dedicou a esta medida.

Era preciso, pois, definir o modelo e a sua implementação, formulando um quadro normativo nacional.

No que se refere à definição do modelo de escolas e de formação a seguir, estabeleceu-se um horizonte de inovação educacional que ainda hoje é comumente reconhecido. Mas é preciso não ficarmos pelo que dizem os colegas mais “antigos” e conhecer realmente o que se fez e porque é que se ergueu este modelo concreto de escolas e de ensino. Ainda hoje, em 2019, enquanto se discute (mais uma vez!) o problema do acesso destes diplomados ao ensino superior, o terreno está cheio de preconceito contra o ensino profissional e contra estes jovens. O pensamento implícito que enche a cabeça de muitos diretores, professores e formadores,

ainda está lá no passado, no período anterior à formulação e execução desta política de educação, atada à glorificação do modelo liceal de ensino e de aprendizagem. Nem nos damos conta dos (pre)conceitos que formulamos, das expressões que usamos e das medidas que propomos, tão prisioneiros que continuamos a estar de um pensamento que impede o desenvolvimento de todos e de cada um dos alunos, no quadro de processos de ensino e aprendizagem que sejam realmente construtores de pessoas e cidadãos dignos e plenamente realizados, independentemente do tipo de estudos que realizem.

Primeiro, foram tomadas seis decisões de carácter estratégico sobre o modelo:

- (i) optámos por criar um novo tipo de escolas, que chamámos “escolas profissionais”, pois os riscos de subverter a inovação eram enormes se esta se desenvolvesse seja dentro das escolas secundárias de “matriz liceal”, seja dentro das antigas “escolas industriais”, que o ligariam rapidamente ao modelo do passado;
- (ii) a sua qualificação seria equivalente ao 12º ano e daria acesso ao ensino superior como qualquer outra modalidade formativa, pois em nada ela era menos ou mais do que qualquer outro modo de os jovens realizarem os três anos de formação da etapa do ensino secundário (ainda hoje estamos tão longe de perceber o que é que isto quer dizer!);
- (iii) a oferta de ensino artístico especializado, música, dança, teatro, artes circenses, ... poderia crescer amplamente por esta via, quebrando um ciclo de fragilidade socioeducativa que impedia tantos jovens de descobrirem e seguirem a sua vocação nestes domínios;
- (iv) estas escolas, públicas e privadas, seriam desenvolvidas por iniciativa de instituições sociais de todo o país, em cooperação com o Estado, sob a modalidade de contratos-programa, dentro de um modelo de “regulação conjunta”, com apoio de fundos nacionais e comunitários (o que implicou uma negociação especial com Bruxelas, pois os fundos comunitários não apoiavam a educação e o ensino, mas apenas a formação profissional de ativos);
- (v) as escolas teriam autonomia pedagógica, administrativa e financeira, com liberdade de contratação dos seus professores e formadores (o que ainda hoje subsiste e constitui um exemplo do que se poderia fazer serena e proficuamente em todas as escolas!);
- (vi) seria dado especial apoio à criação de cada nova escola através de um apoio “personalizado” pelo novo serviço central criado no Ministério da Educação, o Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional- GETAP.

Além disso, o modelo pedagógico definido para estas escolas continha novas características:

- a) seriam escolas pequenas e com uma escala humana e personalizadora muito forte;
- b) a matriz pedagógica teria de combinar uma componente de base sociocultural sólida com formação científica e técnica ou artística, num quadro de inovação pedagógica; tratava-se de fomentar o desenvolvimento humano e não apenas o apetrechamento técnico e profissional;
- c) esta pedagogia inovadora continha, entre outros aspetos, a opção por gerar um modelo de ensino/aprendizagem assente na “aprendizagem modular”, capaz de sustentar essa personalização e mais sucesso escolar;
- d) a criação de uma “disciplina de integração”, confluência de vários saberes, reduzindo a dispersão disciplinar e integrando as aprendizagens mais práticas numa abordagem cultural e potenciadora de sentido;
- e) os cursos seriam concluídos com a realização de “provas de aptidão profissional”, verdadeiros projetos desenvolvidos pelos alunos e que serviriam como modo de conclusão dos cursos, envolvendo sempre que possível a comunidade.

Em termos da criação de condições para a ocorrência de um compromisso social e político que proporcionasse uma execução duradoura deste projeto político e considerando a consciência que tínhamos alcançado sobre a sua pertinência e oportunidade e sobre o seu sentido de justiça social, tomaram-se, ao mesmo tempo, quatro decisões cruciais, evitando que esta medida ficasse refém da primeira mudança de governo e dos ciclos eleitorais (decisões estas que também são pouco conhecidas e refletidas):

- (i) foram feitas negociações políticas, discretamente, com a UGT e a CGTP, tendo em vista envolver ambas as centrais sindicais no processo (o que ainda hoje persiste), de modo a assegurar um apoio político bastante amplo do que resultava da maioria que governava o país;
- (ii) se houvesse iniciativa local de instituições da sociedade portuguesa (e ela foi enorme!), os três primeiros anos seriam de crescimento acelerado da oferta, tecendo uma rede nacional de escolas, tendo em vista impedir o seu fácil “desaparecimento”, com a primeira mudança de governo, no fim do ciclo eleitoral; haveria, assim, uma rede nacional de escolas e estas não dependeriam exclusivamente do arbítrio dos serviços centrais do ME, mas também da vontade de centenas de instituições sociais nelas implicadas;
- (iii) criaram-se materiais informativos e apelativos, destinados aos jovens do 9º ano, que foram distribuídos por todas as escolas, pois sabíamos, da sua própria boca, que até cerca de 30% queria outro tipo de ensino (o que se viria a confirmar) e era

preciso comunicar bem e depressa que esta oportunidade estava finalmente criada;

- (iv) era preciso que esta medida de política tivesse na administração central servidores públicos capazes de se dedicarem à sua implementação de imediato, sem hesitações e com todo o entusiasmo e competência necessários, tendo sido criado o GETAP, uma nova direção-geral, com sede no Porto.

E, assim, o que parecia tão difícil e quase impossível aconteceu... hoje, trinta anos volvidos, há cerca de 35% dos jovens que seguem estudos após o 9º ano que o fazem no ensino profissional, seja em escolas profissionais, privadas e públicas, seja em escolas secundárias, públicas e privadas.

Ou seja, em conjunto, conseguimos!

Através de um novo compromisso solidário e cooperativo de centenas de instituições da sociedade portuguesa, de norte a sul do país, esse mesmo país do interior e do litoral que tantos dizem estagnado, incapaz e dependente, foi possível um desempenho notável neste empreendimento. Tem sido ele, aliás, o principal sustentáculo desta medida de política, pois nestas três décadas não faltaram os momentos de hesitação dos governos e persistiram dificuldades contínuas em assegurar um modelo estável de financiamento. Estas instituições foram os esteios que seguraram a vinha que tão belo néctar produziu e continua a produzir!

O caminho da co construção política do bem comum, que não é de facto um exclusivo do Estado, revelou ser, no nosso país, um caminho cheio de potencialidades. Pena é que seja tão pouco conhecido e estudado, mormente por quem se quer dedicar profissionalmente à ação política, entendida no sentido da promoção do bem comum.

Foi um tempo de enorme esperança e entusiasmo, o que também constitui, per se, uma vertente determinante em políticas públicas, criando, com novas palavras e conceitos, uma nova ideia de futuro, um quadro simbólico coerente de construção coletiva de um país melhor, alicerçado em jovens mais realizados pessoalmente e melhor apetrechados tecnicamente.

Os primeiros jovens a frequentar o novo ensino profissional falavam publicamente da sua alegria e de um entusiasmo partilhado em torno de um tipo de ensino que os valorizava e os projetava para um futuro melhor, o que se traduziu de facto em elevados índices de sucesso escolar, bastante superiores aos verificados no “ensino geral” e liceal (fizemos, logo nos primeiros anos, uma publicação com testemunhos dos alunos, que foi amplamente divulgada).

Sabíamos que estávamos a responder a necessidades e possibilidades concretas, de pessoas concretas e de instituições concretas. Criámos um modelo adequado a esta realidade concreta, que foi auscultada, estudada, projetada.

Uma vez no terreno, a medida de política foi permanentemente avaliada nos primeiros anos, por entidades independentes e pelos serviços do Estado. A trajetória foi corrigida em alguns aspetos, mas a política pública prosseguiu ao longo do tempo e hoje, como disse, frequentam o ensino profissional 35% dos jovens portugueses que prosseguem estudos após o 9º ano; nestes trinta anos, centenas de milhar de jovens portugueses tiveram a oportunidade de seguir a sua formação numa modalidade de aprendizagem mais prática e experimental, mais integrada entre teoria e prática, escola e trabalho, disciplina e projeto, uma formação mais ligada aos contextos de vida, qualificação essa que nunca impediu o prosseguimento de estudos para aqueles que o desejassem realizar (no momento ou mais tarde, após uma experiência de trabalho).

Um impacto social que se sente e reconhece

Quando, hoje, somos atendidos em qualquer local público ou privado, quando somos servidos num café ou num restaurante, frequentamos um hotel, vamos a um cabeleireiro, ouvimos um concerto de música ou de dança ou vamos ao teatro, consertamos um automóvel ou um computador, vestimos uma dada peça de roupa que nos seduz com um novo design ou compramos novos produtos hortícolas, há quase sempre jovens qualificados pelo ensino profissional a sustentar essa nova realidade profissional, social e cultural. Assim se muda gradual e estruturalmente uma nação. Este tipo de mudança assenta em três esteios, que não são retórica política ou promessa vã, mas ficam realmente a sustentar um país novo:

- (i) cada jovem que se qualifica constitui um novo potencial de desenvolvimento, seja em termos pessoais, porque se realiza mais como ser humano, seja em termos profissionais e comunitários, porque coloca a sua nova qualificação, as suas novas competências, ao serviço dos outros e da comunidade;
- (ii) cada conjunto de instituições que criou e desenvolveu o ensino profissional tornou-se mais próxima das necessidades e potencialidades das comunidades locais, obrigou a criar novas parcerias e provocou sinergias, além de ter reforçado as qualificações das pessoas em “territórios de baixa densidade”, abrindo novos negócios, valorizando culturas próprias e abrindo horizontes destas para o mundo, criando empregos e empresas e gerando novos nichos locais de esperança;
- (iii) os cidadãos, individualmente, e as instituições e entidades empregadoras passaram a usufruir de jovens técnicos qualificados que se começaram a espalhar por todo o país (e pelo estrangeiro), seja nos locais mais centrais seja nos lugares mais periféricos, em pequenas vilas e aldeias, beneficiando todos com a elevação gradual da qualidade do desempenho profissional.

Na área artística, esta nova realidade é ainda mais evidente. Basta olharmos à nossa volta, para vermos que a formação de jovens artistas tem tido como sustentáculo principal o trabalho das escolas profissionais e das escolas especializadas do ensino artístico. Isso é verdade no campo da música, da dança e do teatro, mas também no das artes visuais e nas artes decorativas. Quando vejo hoje estes jovens nas suas performances artísticas, pergunto-me quantos deles, sem as escolas profissionais e o ensino profissional, teriam tido a oportunidade de serem quem são, de se terem desenvolvido como pessoas únicas! Quantos jovens tiveram, assim, a oportunidade para se qualificarem e puderam seguir a sua vocação, com entusiasmo pessoal e empenho profissional, para seu bem e para bem de toda a comunidade, aqui ou em qualquer lugar do mundo?

Ou seja, em síntese, somos uma sociedade extraordinária que só não o é mais e mais frequentemente sobretudo porque a elite que domina o Estado abafa a sua iniciativa e cerceia as suas potencialidades, proclamando a dependência e fragilidade das instituições locais, de modo a legitimar a sua arrogância e prepotência, a sua dominação, em proveito próprio e de clientelas particulares.

A aliança permanente entre o Estado e as instituições da sociedade, no caso do ensino profissional, sector a sector, região e região, comunidade a comunidade, tem sido um caminho abundante em árvores e frutos cheios de vigor e qualidade.

Camus disse um dia que os heróis são “gente comum que faz coisas extraordinárias por simples razões de decência”. Foi assim, em Portugal, com tantas instituições e atores sociais implicados no ensino profissional. E continua a ser assim, sobretudo por causa delas e deles e ainda desta perspetiva política de “regulação conjunta” e cooperativa entre o Estado e a sociedade.

Somos hoje um país mais justo para com tantos milhares de jovens que de outro modo não teriam alternativa de estudos e entrariam em processos de seleção, insucesso, abandono e exclusão social. A educação tem de promover a dignidade humana de todos e de cada um dos cidadãos e não se pode limitar a seleccionar quem segue estudos aqui ou ali, centrifugando quem não se verga a um modelo de ensino/aprendizagem que valoriza apenas uma ou duas dimensões da inteligência humana.

Em síntese: havia um problema em Portugal. Ele enfrentou-se e resolveu-se.

Uma nota final sobre o futuro do ensino profissional. Anoto apenas sete desafios, como forma de acabar a minha reflexão.

- (i) é importante reforçar a inovação pedagógica que foi sempre uma marca do ensino profissional, mormente a que se prende com uma mais inteligente e personalizada gestão do currículo escolar, o que implica compreender melhor o porquê e o para

quê se ensina o que se ensina, trabalhar em equipa pedagógica, desenvolver a “aprendizagem modular”, o trabalho interdisciplinar e multidisciplinar e os “projetos integradores”, como algumas escolas lhes chamam;

- (ii) é preciso que os alunos sejam cada vez mais protagonistas dentro das escolas e dos cursos; eles não são “objetos de ensino”, nem são iguais aos que chegavam ao 9º ano trinta anos atrás. Eles devem ser parte ativa da vida das instituições, obrigando a rever os modelos de implicação e de participação na escola, nas salas de aula e na aprendizagem; a “aprendizagem modular” apontava nesse sentido e muitas turmas não trabalham hoje deste modo, deixando os jovens ao lado das suas aprendizagens, como se isso alguma vez pudesse constituir uma fórmula de sucesso;
- (iii) é preciso continuar a formar profissionais competentes que sejam ao mesmo tempo boas pessoas, o que obriga a não descuidar a vertente de formação humana, de orientação para a vida e de apoio no acesso à vida profissional, o que implica valorizar a aquisição de um leque de competências fundamentais para a vida e que são decisivas para o futuro; esta formação não comporta, pois, duas atividades paralelas, é uma só, e é ela que constitui a matriz de estruturação de toda a atividade escolar, de modo coerente e integrado;
- (iv) importa melhorar os espaços e os equipamentos, criando novos ambientes de aprendizagem, que favoreçam este tipo de desenvolvimento das aprendizagens e este tipo de crescimento humano que defendemos; os jovens precisam de ambientes positivos de aprendizagem, que fomentem a motivação e o trabalho constante, a aquisição permanente de conhecimentos e competências, ambientes colaborativos e de incentivo mútuo;
- (v) é fundamental voltar a investir na capacitação dos professores e formadores, gerando equipas pedagógicas e comunidades de aprendizagem colaborativa, bem como redes inter-escolas, com apoio externo de entidades qualificadas; de facto, a chave da qualidade da educação não é a qualidade do professor, como muitas vezes se diz, mas a qualidade da equipa docente. Como dizem alguns autores (como Elena Martín), para se alcançar mais qualidade na educação, a “unidade de agência” e a “unidade de formação”, em cada escola, é a equipa docente e esta precisa de ter o tempo e o espaço para trabalhar de modo efetivo e colaborativo;
- (vi) é mesmo imprescindível que as escolas se liguem mais entre si, em parcerias estratégicas, como que em um novo tipo de “contratos-programa”, mas agora mais na horizontal, entre si, sem esquecer o apoio do Estado, para poderem fazer face a

tantos e tão prementes desafios; sozinhas não vão ser capazes de o fazer e juntas vão certamente conseguir. As escolas, ontem como hoje, não podem ficar à mercê dos ministros e “ministérios da educação”, têm de se antecipar e organizar com autonomia e liberdade, ousadia e coragem.

(vii) o Estado, pelas suas funções políticas próprias, ontem como hoje, é exigido que olhe para este tipo de ensino e formação não como algo “supletivo” ou “ao lado”, como se fosse “uma alternativa” (a quê? Ao “ensino liceal” que se toma como referente? Ainda estamos nessa estação?), mas como uma opção que é parte integrante da formação de qualquer cidadão e do cumprimento da escolaridade obrigatória, agora alargada até ao 12º ano (a mesma atitude se deve exigir de todas as instituições sociais!).

A descrição desta política pública, que brevemente vos propus, permite perceber de modo inequívoco que o modelo hegemónico de construção destas políticas, centralista e iluminado, centrado no modelo “top-down”, que ignora ou desvaloriza a sociedade e os seus agentes sociocomunitários, é um modelo condenado e sem futuro, pois está assente na desvalorização da sociedade e no princípio da incompetência dos cidadãos, além de estar inscrito numa matriz de prepotência do Estado. Ao mesmo tempo, fica bastante claro que este modelo não representa uma fatalidade social e política e que é possível seguir outros caminhos bem mais eficazes na salvaguarda da democracia, da liberdade, do bem comum e da participação dos cidadãos.

Olhando para o futuro, temos de continuar o caminho, com muito trabalho e muito rigor e profissionalismo, mas também com entusiasmo e esperança. Estes trinta anos volvidos asseguram-nos de que vale bem a pena construir um país melhor, mais justo e com pessoas profissionalmente mais qualificadas e humanamente mais realizadas.